TL 5273

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO EM TIMOR LESTE

ACTA N.º 3/VIII

Aos sete dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, pelas onze horas, reuniu, no Palácio de S. Bento, em Lisboa, presidida pelo Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), a Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor Leste, com a participação dos Srs. Deputados constantes do livro de presenças da Comissão.

Da ordem de trabalhos constava:

1. Informações;
2. Aprovação das actas n.os 1 e 2;
3. Ratificação das decisões da Mesa;
4. Audição da Sr.ª Dr.ª Luísa Teotónio Pereira.

1. Entrando na ordem de trabalhos o Sr. Presidente informou a Comissão do seguinte:

- tinha feito uma proposta a S. Ex.ª o PAR, no sentido de a Comissão estar representada na entrega do prémio Sakarov, em Estrasburgo, que tinha sido autorizada. Assim, em representação da Comissão estariam na cerimónia os Srs. Deputados Vice-Presidente e Secretário da Comissão, Carlos Luís (PS) e Natália Carrascalão (PSD), respectivamente;
- havia autorização de S. Ex.ª o PAR para a Comissão convidar D.Ximenes Belo a vir a Lisboa, em data que lhe convier, para ser ouvido na Comissão;
- da entrega do Prémio Direitos Humanos, no dia 10 de Dezembro, às 11 h, na sala do Senado, e apelou à presença dos membros da Comissão na cerimónia.

2. O Sr. Presidente, sobre as actas n.os 1 e 2 perguntou se havia alguma objecção; não tendo havido qualquer objecção o Sr. Presidente considerou-as aprovadas por unanimidade.

3. O Sr. Presidente informou a Comissão do seguinte:

- das competências da Mesa, que entendia deverem ficar consagradas no Regulamento da Comissão;
- tinha sido decidido apresentar o voto de dia 7 Dezembro em nome da Mesa da Comissão, na sua versão 5+2; o Sr. Vice-Presidente ia tentar que o voto desse entrada na Mesa da AR no dia 9 e que fosse imediatamente votado;
- sobre a ida de uma delegação da Comissão a Timor Leste, disse que era útil que a visita se processasse após amplo programa de audições; referiu a complexidade logística inerente e sugeriu que o formato da delegação fosse de 2 Deputados por cada um dos GP PS, PSD, PCP e PP e 1 Deputado por cada um dos GP Verdes e BE. No total a delegação teria 10 Deputados;
- da eventualidade de S. Ex.ª o PAR ir e de ser necessário articular a situação para equilibrar eventuais votações em Plenário;

A Sr.ª Deputada M.ª do Carmo Sequeira (PS) informou que ainda não tinha reunido com o seu GP, pelo que só na próxima reunião poderá informar a Comissão da decisão.

A Sr.ª Deputada Rosa Albernaz (PS) manifestou a sua estranheza pela composição avançada pelo o Sr. Presidente: sempre estiveram presentes e acompanharam a questão de Timor Leste e sabiam quem tinha feito trabalho.

O Sr. Presidente considerou a situação como sendo política, decorrente de uma nova situação e não um prémio pelo trabalho feito. De qualquer modo, manifestou a convicção de que a questão de Timor Leste não se iria esgotar naquela ida. Para além disso, considerava específico da Comissão o trabalho junto de outros parlamentos, sobretudo de parlamentos daquela região do sudoeste asiático.

A Sr.ª Deputada Natália Carrascalão (PSD) disse que o PSD entendia que todos os GP deviam estar representados na delegação e que só na reunião seguinte daria conta da votação do seu GP sobre a composição da delegação.

O Sr. Deputado Eduardo Pereira (PS) disse esperar que qualquer delegação da Comissão a Timor Leste seja representativa da Assembleia.

O Sr. Deputado José Reis (PS) disse que não era candidato a ir a Timor Leste (como a lado nenhum), mas considerou que os resultados eleitorais deviam ser respeitados, em todas as situações – isso já não sucedia com a Mesa da AR- nomeadamente em todas as saídas da AR.

O Sr. Presidente disse que a questão tinha sido abordada por alto com S. Ex.ª o PAR e, por isso, o pedido de que fosse feito o contacto com os partidos.

O Sr. Deputado José Reis (PS) disse que havia partidos que nunca estavam nas reuniões, mas que iam a todos os sítios e nem sabiam o que se sabia.

O Sr. Deputado Carlos Luís (PS) considerou que as delegações deviam ter um sistema proporcional, sem exclusão de qualquer GP.

O Sr. Presidente disse que falaria com S. Ex.ª o PAR logo que tivesse resposta dos GP.

O Sr. Deputado Rodeia Machado (PCP) disse para se não fazer um drama da ida a Timor Leste. Respeitariam a vontade do povo e haveria uma saída proporcional. Todos os partidos com representação na AR deviam estar representados na Comissão e ir a Timor Leste: só era preciso bom senso.

O Sr. Deputado Sílvio Cervan (CDS-PP) disse que tinham uma posição de princípio de que não abdicavam, que era a de terem dois representantes em cada uma das seguintes Comissões: Timor Leste e Assuntos Europeus. Mas na Comissão de Timor Leste procurava-se o consenso. Aliás, referiu, nas delegações ao Comité dos 24, ia sempre um representante de cada partido. Assim o CDS-PP não se opunha a consensos, mas não abdicava da sua posição.

O Sr. Presidente disse que a posição definitiva seria tomada depois e teria de ter bom senso.

De seguida, informou a Comissão do programa de audições para o mês de Dezembro

- Dia 7/12, às 11,30 h – Sr.ª Dr.ª Luísa Teotónio Pereira;
- " , às 18,30 h – Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros
- Dia 10/12, às 9,30 h – Sr. Prof. Barbedo de Magalhães
- Dia 14/12, às 15,30 h – Sr. Padre Vítor Melícias
- " , às 17,00 h – CNRT
- Dia 21/12, às 11,30 h – Sr. Embaixador Fernando Neves

e de que tentaria ouvir na Comissão, também, a Sr.ª Embaixadora Ana Gomes, se viesse receber o prémio e se tivesse disponibilidade de agenda para isso.

Relativamente à audição do dia 14 foram levantadas algumas questões pelos Srs. Deputados Eduardo Pereira (PS) e Sílvio Cervan (CDS-PP), tendo o Sr. Presidente dito que ia ver se aquela audição podia passar para o dia 17/12.

4. Às onze horas e quarenta minutos entrou a Sr.ª Dr.ª Luísa Teotónio Pereira.

O Sr. Presidente, dirigindo-se à convidada, disse que era alguém sobejamente conhecida da Comissão e que era uma grande honra tê-la ali. De seguida, afirmou que sempre tinham acreditado que a situação evoluiria rapidamente e pediu que fizesse a exposição que entendesse aos Srs. Deputados.

A Sr.ª Dr.ª Luísa Teotónio Pereira leu a exposição preparada para o efeito e deixou cópia à Comissão, que fica em anexo a esta acta e que, por isso, não se transcreve aqui.

A seguir à leitura da exposição foram feitas as seguintes intervenções:

. do Sr. Presidente, que, referindo a excelente exposição feita, manifestou a divergência, anormal, dos números apresentados e, depois, explicitou a forma como via a mudança de página na situação: controlo dos campos de refugiados, desarmamento das milícias, estabilização da situação na Indonésia e controlo da venda de armas; considerou fundamental que, na reconstrução de Timor Leste, o CNRT tivesse um papel principal, mas não único, que no apoio financeiro ao CNRT houvesse transparência e

prestação de contas e que se tivesse uma perspectiva estratégica na cooperação com Timor Leste.

. da Sr.ª Deputada Helena Roseta (PS), que agradeceu o rigor da informação e perguntou a opinião da Sr.ª Dr.ª Luísa Teotónio Pereira: sobre o facto de a AR tomar a posição de reconhecimento da independência de Timor Leste, sobre a articulação Comissão/CNRT - fazia sentido, à semelhança do que ocorria com Governo/CNRT- se valia a pena ter um grupo mais pequeno e operativo, sobre eventuais iniciativas legislativas que a AR pudesse tomar para ajudar Timor Leste no âmbito da cooperação; para terminar perguntou o que podia a Comissão fazer para apoiar a comunidade timorense em Portugal e se havia algo que aguardasse solução.

. do Sr. Deputado Rodeia Machado (PCP) que agradeceu as informações prestadas e disse que, no meio das preocupações que tinha trazido à Comissão, era uma grande preocupação a dos refugiados, pelos constrangimentos da Indonésia e por Portugal estar longe. Perguntou se a ida da Comissão a Timor-Leste podia ser o "pontapé de saída" para resolver essa situação. Depois exprimiu a ideia de que a Comissão devia articular com a CPM para a cooperação com Timor Leste, devendo o Parlamento articular, também, com outros parlamentos. O Conselho de Administração da AR tinha aprovado um reforço de verba para a cooperação, mas que nada podia ser feito com amadorismo. Referiu a importância da questão levantada pela Sr.ª Deputada Helena Roseta (PS) sobre eventuais iniciativas legislativas, que deviam ser articuladas com o Governo, o mesmo sucedendo com a ligação da Mesa da Comissão com o CNRT, para uma boa cooperação. Manifestou a disponibilidade do seu GP para colaborar e pôr todo o empenho na cooperação com Timor.

. da Sr.ª Deputada M.ª do Carmo Sequeira (PS), que quis saber a opinião da Sr.ª Drª Luísa Teotónio Pereira sobre a questão da apresentação de contas, tendo avançado que a sua opinião era de que todos as deviam apresentar (Governo e CNRT); sobre a questão interna (um país, dois sistemas) perguntou se tinha alguma ideia do que fazer, do que seria mais fácil fazer e manifestou a opinião de que tinha de se arranjar uma solução e que deviam relacionar-se e colaborar com o CNRT. As ONG também não tinham a organização que deviam ter; referiu as queixas do Sr. Ágio Pereira e perguntou, com a experiência que tinha, o que fazer a nível da AR.

A Sr.ª Dr.ª Luísa Teotónio Pereira, respondendo às questões postas, disse:

- sobre o reconhecimento de Timor Leste não tinha opinião clara; era uma questão que merecia discussão com os órgãos de soberania e com o CNRT; haveria vantagens e desvantagens e tinha de se ponderar bem; não lhe parecia, contudo, uma questão prioritária, até por que o enquadramento internacional de Timor Leste era claro;
- sobe o período de transição e quanto tempo ia demorar, considerou que, dadas as fragilidades da sociedade Timorense e das instituições políticas Timorenses, era bom que as forças políticas se instalassem sem ser sob pressão; no entanto, a coabitação da administração internacional e das autoridades de Timor Leste podia ser complicada e fazer derrapar a situação. A administração da ONU era estratificada, sem se saber claramente qual o papel dos Timorenses;
- sobre a fase de transição, seu alargamento ou encurtamento, disse que o apoio à reconstrução seria mais fácil e maior na fase de transição;
- sobre um grupo de ligação da Comissão ao CNRT, havia dificuldades mas a Comissão já tinha dado resposta: o meio termo era difícil de encontrar, mas não se deviam multiplicar pontos de acesso ao CNRT pois este não tinha capacidade para se desmultiplicar e dar resposta. Era mais importante fazer esforço de cooperação para não estarem sempre em discussão as mesmas coisas com o mesmo interlocutor. O CNRT atravessava uma situação difícil devida à evolução rápida da situação e à necessidade de uma contínua reestruturação, mas era importante encorajá-lo para que cumprisse a sua parte na transição;
- as ONG estavam há cerca de dez anos à espera que a AR se debruçasse sobre agentes de cooperação, tendo a Plataforma enviado uma proposta para ser discutida, não tendo tido até então quaisquer notícias. ; na ? legislatura voltaram a pôr a questão: é urgente legislação sobre cooperação para Timor Leste e para outras partes do Mundo; manifestou-se contrária à existência de legislação paralela: - quanto muito, disposições transitórias para a questão de Timor Leste;
- sobre os voluntários para Timor Leste, disse que não poderiam ser acompanhados se não houvesse legislação adequada que os protegesse;
- a comunidade timorense em Portugal era acompanhada através da Comissão Interministerial e de legislação que não era específica para os Timorenses; devia ser revisto o problema, por ser desadequada aquela legislação: Timorenses que vierem agora não serão já enquadráveis naquilo que dispõe essa legislação – havia que se tentar definir o que viria a ser a comunidade Timorense e que apoios poderia ter; apesar do exposto, sabia que havia quem recebesse apoios ao abrigo daquela legislação, mas não sabia que resposta receberiam aqueles Timorenses

num futuro próximo; os Timorenses que vieram para Portugal vieram mais no âmbito de relações de cooperação (Comissão, Comissão Interministerial e Gabinete do Comissário), mas não sabia que tipo de apoios teriam naquele regime transitório, pelo que era preciso estudar aquilo que se previa para o futuro;

- sobre os deportados/refugiados, receava que a ida da Comissão a Timor Leste pudesse ser tardia: era necessário um esforço diplomático para aquela questão pois havia a tendência de considerar resolvida, globalmente, a situação de Timor Leste; lembrou o pedido do presidente indonésio aos países vizinhos para o ajudarem a resolver o problema dos refugiados;
- sobre a questão posta " um país, dois sistemas", lembrou que em Portugal havia duas instâncias que geriam a cooperação - o Instituto de Cooperação e o Gabinete do Comissário – era natural que confluíssem, mas havia riscos por práticas de cooperação e de concepções díspares, não concertada, etc.; se houvesse ganhos substanciais para os Timorenses, e para o sistema de cooperação português, seria bom, mas se os dois sistemas fossem paralelos, seria funesto (para a cooperação para o desenvolvimento e para a ajuda humanitária), para não se enganarem a si próprios, encarar as fraquezas daquela cooperação num quadro global;
- sobre a apresentação de contas, disse que todos as deviam apresentar - e que o CNRT tinha de apresentar contas ao Governo daquilo que lhe tem sido dado - e que era prática das ONG essa prestação de contas e a apresentação de relatórios.

De seguida, o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Deputados para uma segunda ronda de perguntas; intervieram, sucessivamente:

. o Sr. Deputado Carlos Luís (PS), que disse que não poderia haver projectos de cooperação sem dotação orçamental que os suportasse e que os diplomas eram da anterior sessão legislativa; sobre o Estatuto do Cooperante, tinham sido apresentados três projectos, mas não tinha havido consenso, pelo que seriam retomados na actual legislatura; considerou que a Plataforma das ONG devia emitir parecer sobre cada um dos projectos; sobre Timor Leste, disse que o Sr. Secretário de Estado da Cooperação tinha vindo de Timor Leste com um plano de energia para o território e que o Sr. Ministro vinha vindo à Comissão; deixou no ar a questão de a fiscalização passar pela AR ou pela Plataforma.

. a Sr.ª Deputada Natália Carrascalão (PSD), que disse que as ONG estrangeiras só tinham presença em Díli, perguntou se tinha indicação do número de mortos; perguntou, também, qual a possibilidade de ajuda ao

repatriamento dos refugiados que estavam em Portugal, que deviam ser lembrados e visitados; perguntou depois sobre os milhões de contos de que se ouvia falar, da ajuda da sociedade civil, mas que não chegavam a Timor Leste, estando o CNRT sem dinheiro; perguntou se o dinheiro dessa ajuda devia ser enviado para o CNRT, para Díli, ou se devia ser entregue no Comissariado, ao Sr. Padre Melícias;

. o Sr. Deputado Nuno Freitas (PSD) referiu a violação dos Direitos Humanos em Timor para felicitar a Sr.ª Dr.ª Luísa Teotónio Pereira pelo muito que vinha fazendo pela questão dos Direitos Humanos; disse que lhe parecia haver demasiada descoordenação e competição no terreno;

. o Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) disse que o controlo internacional dos campos de refugiados tinha acuidade e pediu que apontasse o caminho;

. o Sr. Deputado Eduardo Pereira (PS) manifestou a convicção de que a situação em Timor Leste era complexa, não só por que a situação na Indonésia também era complexa; os Timorenses eram cidadãos portugueses até à independência, sendo Portugal potência administrante: assim, por que não ir para Timor Leste com os outros? O que fazer? Manifestou a opinião de que a AR devia ter uma palavra a dizer sobre aquela questão; perguntou se Portugal se devia manter na linha anterior e se devia ajudar Timor Leste através dos representantes do povo de Timor Leste - naquele momento era o CNRT (reestruturado?) o legítimo representante do povo de Timor Leste; deixou a dúvida sobre se a AR devia ou não continuar a ter a Comissão Timor Leste – havia dois tipos de Comissão que acompanhavam os actos do Governo - e se uma Subcomissão (de Timor Leste), no âmbito da Comissão dos Negócios Estrangeiros não teria mais peso – assunto que deviam discutir;

. a Sr.ª Deputada Helena Roseta (PS) considerou que o ponto exposto pelo Sr. Deputado Eduardo Pereira (PS) (Comissão Timor Leste vs. Subcomissão dos Negócios Estrangeiros) não tinha tido *feedback* relativamente à proposta feita;

. a Sr.ª Deputada Isabel de Castro (PEV), e sobre a questão da Comissão vs. Subcomissão, disse que o Governo não tinha sido sensível à proposta do Sr. Presidente; a Comissão de Timor Leste manter-se-ia até à independência de Timor Leste; manifestou a necessidade de reflexão da Comissão, após a realização das audições e de haver coordenação e cooperação com outras Comissões.

Em resposta, a Sr.ª Dr.ª Luísa Teotónio Pereira disse:

- que não ia espraiar-se sobre matérias de cooperação; o plano que tinha sido adoptado pelo Conselho de Ministros sobre Timor Leste não era

plano de emergência (mas plano com três ou quatro vertentes, que suplantou as expectativas) que ficou sem efeito, pois ficou sem efeito a visão estratégica sobre Timor Leste contida no relatório; sobre a prestação de contas das ONG, devia haver disposições claras; o Estado devia, também, ter plano de prestação de contas quer do que os portugueses dão quer dos co-financiamentos do Governo - deviam ser transparentes, mais para conhecimento e eventual correcção do que para fiscalização;

- havia três ONG portuguesas em Timor: Oikos, AMI e Médicos do Mundo; havia mais dez a preparar projectos para Timor Leste; as ONG portuguesas de pequena dimensão não tinham apoios para se reforçar e não tinham capacidade de resposta para situações de catástrofe (mais a nível da emergência); havia vontade das ONG prepararem cooperação com Timor Leste de forma correcta e não precipitada – o que podiam fazer lá era de pequena dimensão; podiam ter peso mas a capacidade de resposta era pequena – e que era óptimo que o esforço das ONG em Timor Leste pudesse corresponder ao seu reforço;
- sobre os mortos disse que os números do inquérito da administração da ONU eram díspares e que só um trabalho minucioso, aproveitando o recenseamento (apesar de aí só constarem cidadãos maiores de 17 anos) poderia dar indicações mais consistentes: esse trabalho tinha de ser feito; a questão dos mortos era um peso incomensurável sobre os Timorenses, que andavam, desesperadamente, à procura dos familiares;
- a ajuda só podia ser entregue ao CNRT, à Igreja e às ONG Timorenses, algo que tinha de ser discutido entre eles, assim como tinham de encontrar a forma de receber, gerir e prestar contas das ajuda externas;
- o problema dos refugiados era grave, havia muitos ainda a chegar a Portugal, havia problemas de alojamento com famílias em situação difícil; devia ser feito um esforço para que isso fosse resolvido;
- sobre o repatriamento, o Gabinete do Comissário aprovou um projecto de ONG (o CNRT estava a concluir inquérito sobre competências, desejos de regresso e necessidades); não havia ainda dados para eventuais medidas legislativas para acompanhar o regresso e instalação, mas a situação era complexa: havia quem não desejasse regressar já, outros tinham filhos a estudar, outros por que eram estudantes, etc.; havia o objectivo de propor medidas específicas para formação e ajuda ao regresso; havia também dois problemas relacionados com o reforço da formação em Portugal e da cooperação para a formação em Timor Leste, que era a coordenação das acções lá e a coordenação da formação cá; na

segunda semana de Janeiro estava prevista uma mesa redonda para análise dos resultados do inquérito;

- haveria um fórum para a cooperação (para se entenderem) e seria feito esforço com a estratégia organizativa para não ser o caos;
- havia boas perspectivas de transição democrática, mas ia ser complicada a transição – tinha de haver debates e interacção entre os Timorenses e tinha de lhes ser dado esse tempo embora como interlocutores;
- sobre os refugiados em Timor Ocidental tinham sido assinados acordos mas nada tinha resultado; não havendo possibilidade de intervenção militar, havia que tomar medidas para resolver aquele problema e uma delas, e importante, era o desarmamento das milícias;
- sobre a questão de Portugal ser potência administrante, disse que havia várias interpretações mas que, teoricamente, face aos acordos de Maio, o era; mas Portugal tinha entregue a sua quota parte da administração de Timor Leste à ONU; podia ter importância: - Portugal tinha de negociar a sua actuação em Timor Leste com a ONU e com outras instâncias internacionais; se não se mantiver como potência administrante, estará ao nível dos outros países; tem de ver-se qual o estatuto que tenha como corolário capacidade de transição que beneficie Timor Leste;
- considerou ser útil não exacerbar problemas com a Austrália (Inglês, por exemplo) e, acima de tudo, tinha de se saber o que Timor Leste queria e apoiá-lo nisso.

Antes de terminar informou da conferência no auditório da RDP e na S. N. Belas Artes, no dia 13, com David Wimhurst.

O Sr. Presidente da Comissão agradeceu a presença da Sr.ª Dr.ª Luísa Teotónio Pereira na Comissão e, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a reunião às catorze horas e trinta minutos.

O Presidente da Comissão,

(Miguel Anacoreta Correia)